

Título: *A Arquitectura Monástica e Conventual Feminina em Portugal (séculos XIII-XIV)*. Tese de Doutoramento em História da Arte, na Especialidade de História da Arte Islâmica e Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, Faro, 2008

Autor(es): **Francisco Teixeira**

Fonte: *Medievalista* [Em linha]. N.º5, (Dezembro 2008). Direc. José Mattoso. Lisboa: IEM.

Disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/>

ISSN: 1646-740X

O tema tratado nesta tese é a arquitectura edificada em Portugal para albergar comunidades de monjas cistercienses e de freiras das ordens mendicantes, nos séculos XIII e XIV.

A escolha deste tema foi determinada por diferentes factores a que, obviamente, não foi alheia a profusão de mosteiros cistercienses e conventos de clarissas fundados nestes dois séculos e, também, o facto de, em termos de ocupação geográfica, estas edificações terem chegado à quase totalidade do território nacional.

À dimensão do fenómeno, em termos quantitativos e de “ocupação geográfica”, juntou-se ainda um outro aspecto que foi tratado com pormenor: a prevalência do feminino, tema poucas vezes abordado em relação às edificações religiosas.

A análise da especificidade destas casas religiosas para mulheres levou a concluir que, apesar das circunstâncias particulares de cada uma delas, há algo de muito importante que une quase todas: o protagonismo feminino.

Como sempre neste tipo de trabalho, foi necessário delimitar a análise em termos temporais. E a escolha dos séculos XIII e XIV como balizas cronológicas foi, obviamente, intencional. Estudando os edifícios construídos para comunidades religiosas femininas neste período foi também estudado o período de desenvolvimento do estilo gótico em Portugal e ficou a oportunidade de realçar a importância que estas construções tiveram para a definição das características deste estilo no País.

Balizar implica sempre excluir. E, desta forma, exclui-se do *corpus* da tese as múltiplas construções erigidas no século XV, principalmente para albergar comunidades de clarissas e dominicanas, pertencentes às ordens mendicantes, à época de grande sucesso no campo religioso.

A exclusão destes edifícios do objecto de estudo explica-se, em primeiro lugar, por razões de ordem estilística, dado que é no século XV que se desenvolve o tardo-gótico em Portugal – e na maioria do espaço europeu – o que implica que essa arquitectura mereça um tratamento diferenciado e particular.

Além disso, e reforçando a opção tomada, há ainda a referir que se crê que os séculos XV e XVI foram séculos de grandes modificações na definição e concepção da espacialidade das casas religiosas destinadas a mulheres, pelo que a terem sido consideradas nesta tese, só o poderiam ser para definir essas modificações, trabalho que parece importante mas dependente do que venha a estabelecer-se primeiro como pontos comuns nas construções dos séculos anteriores.

Nos séculos XIII e XIV fundam-se mosteiros cistercienses e conventos de clarissas em diferentes regiões do território português, de que se destacam pela conservação do património arquitectónico medieval os mosteiros cistercienses de Santa Maria de Celas, Santa Maria de Almoester e S. Dinis de Odivelas, bem como os conventos de Santa Clara de Santarém, Santa Clara de Coimbra e Santa Clara de Vila do Conde.

Com excepção de S. Dinis de Odivelas, fundada pelo rei homónimo, todas as restantes casas religiosas, quer de cistercienses quer de clarissas, constituem exemplos de casas religiosas destinadas a mulheres e em que as mulheres foram as suas fundadoras e benfeitoras.

Na segunda metade do século XIII considerou-se a existência de uma segunda fase de expansão do movimento cisterciense feminino, com fundações associadas não só à alta nobreza como também a uma nobreza de estatuto menos elevado e também a filhas de burgueses.

O século XIII constitui também para Portugal o século de ouro das monjas cistercienses. É neste período que surgem oito novas casas enquanto se fundam apenas três casas masculinas.

No século XIV não foi fundado no território português nenhum novo mosteiro cistercienses, masculino ou feminino, o que revela bem o peso crescente das casas mendicantes de ambos os sexos, o que se prolonga com maior vigor ainda durante o século XV.

O sucesso das ordens mendicantes, em especial de franciscanos e de dominicanos é expresso pela presença, entre os anos 30 e os anos 60 do século XIII, de um ou mais conventos mendicantes nas principais cidades, muitas vezes protegidos pela alta nobreza ou pela própria família régia.

É nos centros urbanos com uma população mais numerosa - Lisboa e Santarém, nomeadamente - que se encontram, não só conventos franciscanos e dominicanos, como também conventos femininos de ambas as ordens, o que exprime sem dúvida a importância destas cidades.

Na expansão dos conventos femininos, o caso das clarissas parece destacar-se, na medida em que os seus conventos substituem os mosteiros das cistercienses – os preferidos pelas senhoras da alta nobreza nos princípios do século XIII. São disso exemplo e testemunho os casos de Lorvão e Arouca. Há a sublinhar os exemplos, provavelmente os mais conhecidos, de Santa Clara de Coimbra, Santa Clara de Vila do Conde e Santa Clara de Santarém. Sobressai neste grupo o primeiro destes conventos por beneficiar da presença e da encomenda, em princípios do século XIV, da Rainha Isabel de Aragão.

Em primeiro lugar, esta tese procurou responder a um problema fundamental: existe, para o período em análise, uma arquitectura monástica e conventual feminina? Por outras palavras, pode encontrar-se uma tipologia arquitectónica própria nas

comunidades religiosas de mulheres para além da vulgarmente sublinhada presença de um portal principal na designada “fachada lateral”?

A arquitectura destas igrejas mostra a adaptação dos modelos masculinos obedecendo aos requisitos necessários para servir a clausura, em que é preciso contar com divisões e barreiras para o estabelecimento de relações espaciais de género. A análise da arquitectura e, em particular dos portais como zonas de articulação entre o espaço sagrado e o exterior, e o estudo dos dispositivos arquitectónicos que instauram e reforçam uma situação de clausura para as comunidades femininas, permitem compreender de que modo o modelo das igrejas de homens é pensado e modificado para as mulheres.

Desde logo, importa estabelecer uma bipartição do espaço, com uma parte reservada ao coro, monástico ou conventual, e outra reservada ao oficiante e aos leigos.

Deve no entanto salientar-se que os mosteiros de monjas cistercienses partem de um modelo arquitectónico que é um modelo masculino, como já foi destacado. É face às alterações trazidas a esse modelo de organização espacial da igreja que a arquitectura das monjas pode ser compreendida.

A existência de um modelo masculino na arquitectura expressa-se antes de mais pela composição entre a igreja e o claustro, segundo uma tipologia que se desenvolve a partir da Alta Idade Média.

É o espaço da igreja, vulgarmente a única edificação medieval conservada, que permite falar de um modelo, cuja raiz mediterrânica é patente, no caso português, pela densidade dos panos murários, com poucas aberturas, e pela simplicidade formal bem visível numa leitura exterior. Este modelo arquitectónico encontra a sua difusão graças ao papel de franciscanos e dominicanos, em cujas casas a cobertura do espaço sagrado em madeira, com excepção da cabeceira, conduz a maior simplicidade nas estruturas de suporte e possibilita uma maior unificação espacial.

A adopção de um mesmo modelo planimétrico e de idêntico sistema de suportes e coberturas resulta numa concepção espacial semelhante das casas mendicantes masculinas e femininas. Essa semelhança torna-se ainda mais evidente quando a grade de clausura medieval, que se encontrava perpendicular às naves é retirada, tal como acontece hoje na igreja de Santa Clara de Santarém.

Com excepção de Santa Clara de Vila do Conde, de nave única, todas estas casas femininas apresentam idêntica planimetria - igrejas de três naves - tendo o gosto comum por cabeceiras escalonadas com terminação poligonal na abside. Apenas Santa Clara de Coimbra se singulariza no panorama não só das igrejas de conventos mendicantes, como de um modo mais lato nas construções monásticas e conventuais contemporâneas, pelo abobadamento total em que a austeridade e a simplicidade mendicante, e também um menor custo na construção são substituídas por um edifício que pela sua singularidade seria necessariamente gerador de prestígio.

O que se conhece das igrejas e dos vestígios dos claustros permite também compreender como nesta arquitectura edificada para comunidades femininas, a escala aparece como um valor arquitectónico importante. Tal facto explica as dimensões invulgares dos claustros de Santa Clara de Coimbra e de Santa Maria de Almoster e o comprimento da igreja de Santa Clara de Santarém. O mesmo se passaria certamente com a igreja do mosteiro cisterciense de S. Dinis de Odivelas.

Existem dois aspectos que dão sentido às transformações espaciais decorrentes das características da vida monástica feminina: a clausura e os diferenciados papéis desempenhados na liturgia por homens e mulheres. Pode dizer-se que são estas características que instituem uma diferença de género nas casas de monjas. O que vai marcar o espaço feminino é primeiramente a presença de dispositivos arquitectónicos de um espaço de clausura: grades e muros.

A comparação entre a organização espacial das igrejas pertencentes a um mosteiro de monges e a um mosteiro de monjas permite compreender como se instaura nos cenóbios das cistercienses um espaço de clausura que correspondia à existência de limites e interdições para a circulação de mulheres.

Esta exigência é cumprida através da separação do corpo das naves – quase exclusivamente ocupado pelo cadeiral das monjas e das conversas – da cabeceira e transepto através de uma grade de ferro.

Existiam dois factores que condicionavam a sua colocação: a porta de comunicação com o exterior e a porta de comunicação com o claustro. Existiria igualmente a porta para uso das irmãs conversas mas, como se verifica na análise de várias igrejas cistercienses em Portugal, essa porta nem sempre estaria presente.

A existência destas portas coloca o problema dos itinerários ou da circulação entre diferentes espaços, em que assume especial relevância as vias de passagem entre a igreja e os lugares regulares. Significa isto que a introdução dos referidos dispositivos arquitectónicos para a clausura das monjas obriga a modificar a relação dos espaços entre a igreja e o mosteiro no seu todo, bem como nas relações com o espaço exterior.

À semelhança de ordens monásticas como as cistercienses, as Clarissas são sujeitas a uma vida de clausura, em oposição à pregação, mendicância e pobreza voluntária dos irmãos Franciscanos. Embora este último aspecto fosse claramente um desejo de Santa Clara, expresso em particular no Privilégio da Pobreza concedido por Inocêncio III, entre 1215-1216, e confirmado por Gregório IX em 1228, este desejo de vida chocava aos olhos da Igreja com a necessidade de sobrevivência material das comunidades, e com a efectiva existência de clausura, contrária à possibilidade de pedir esmola.

À semelhança do que já existiria para as monjas cistercienses, mas com a novidade da própria Regra explicitamente contemplar a realidade da clausura, é dada especial atenção à existência de uma grade de separação no espaço da igreja, e igualmente uma grade no locutório. Desta forma, pugnava-se por uma clara separação entre o espaço da clausura feminina e o espaço do oficiante, ou do locutório como espaço de comunicação com o mundo exterior. Este sentido da legislação está bem presente na Regra do Cardeal Hugolino, de 1218, como na Regra de Inocência IV de 1247.

No exterior das igrejas, o portal não se distingue sensivelmente de muitos portais laterais de edifícios que servem comunidades masculinas ou paroquiais. É a grade, no interior, que verdadeiramente divide, material e simbolicamente, o espaço e que constitui o dispositivo que nos séculos XIII e XIV identifica uma igreja de clausura feminina. Nos edifícios de planta basilical o portal axial é sempre o mais importante. Ele é colocado no que vulgarmente se denomina a fachada principal. A presença desse portal, a associação com uma rosácea, vulgarmente disposta sobre ele, a par da articulação com os contrafortes dá uma importância visual a esta parte ocidental dos templos.

Em casas femininas, como Santa Clara de Coimbra e de Vila do Conde ou em Santa Maria de Almoester, cria-se uma situação ambígua sob o ponto de vista visual e simbólico, com a presença duma importante rosácea no muro ocidental agora despido de qualquer portal. Nestes casos, é a fachada lateral com a sua superfície marcada pelo

ritmo das frestas, ou de pequenas janelas que assume uma posição relevante pela presença do único portal da igreja.

Só na época Moderna a situação se parece alterar com a fachada lateral estruturada de maneira a exprimir a organização do espaço interior, e dessa forma a representar simbolicamente a situação de clausura feminina, como se verifica em Santa Clara a Nova de Coimbra

É na segunda metade do século XIII e no século XIV que os leigos conseguem obter um espaço de tumulação no interior das igrejas. Esta realidade é contemporânea da formação de uma arquitectura monástica e conventual feminina.

Na realidade estes dois aspectos encontram-se associados constituindo as igrejas das monjas cistercienses e das freiras clarissas locais onde se organizam espaços funerários privilegiados. Constituem exemplos significativos a igreja do mosteiro cisterciense de S. Diniz de Odivelas, que serviu como espaço funerário ao rei D. Diniz ou o caso precoce do mosteiro de Santa Maria de Almoester em que foi sepultada D. Berengária Aires.

Em conventos de clarissas também se verifica a existência nas igrejas destes espaços funerários privilegiados: em Santa Clara de Santarém com a sepultura de D. Leonor Afonso, ou em Santa Clara de Coimbra em que foi sepultada a rainha Isabel de Aragão.

Santa Clara de Vila do Conde constitui, pelo contrário, um exemplo significativo das resistências que ainda se verificavam em princípios do século XIV quanto à escolha do local de tumulação no interior dos templos. Com efeito, D. Afonso Sanches e sua mulher D. Teresa Martins, na carta de fundação do convento, indicam explicitamente a galilé como seu local de sepultura. Realce-se que os exemplos anteriormente apontados exprimem a importância crescente que as cabeceiras e os próprios coros monásticos e conventuais assumem como espaços funerários privilegiados.

Este facto é igualmente indiciador da importância crescente que é conferida às orações das religiosas, daí a escolha do local de sepultura não só nas igrejas que servem comunidades religiosas femininas como perto do coro das mesmas. Esta valorização deve ser igualmente interpretada como um aspecto do protagonismo feminino na religião medieval.

Numa época de difusão dos símbolos heráldicos na arquitectura encontram-se estes símbolos dos fundadores e principais benfeitores a marcar diferentes espaços e

superfícies das igrejas. A sua presença está fortemente associada não só à fundação das próprias casas mas também à preservação de uma memória relacionada com a marcação simbólica do local de sepultura no próprio espaço sagrado.

Desta forma os próprios símbolos heráldicos, para além da sua função na construção duma memória para a própria comunidade monástica, ou para os leigos, desempenham um papel na divisão e hierarquização dos espaços. Para suporte destes símbolos privilegiaram-se os capitéis embora também se tenham utilizado as chaves das abóbadas, como em S. Dinis de Odivelas, ou em Santa Clara de Vila do Conde, ou a cadeia que percorre a nave central no caso especial de Santa Clara de Coimbra.

No Mosteiro de Santa Maria de Celas, uma casa cisterciense feminina, de igreja com planta centralizada do século XVI, existe o único claustro historiado em Portugal, tema gerador de polémica antiga na historiografia da arte portuguesa. Por ser um claustro tardio, não anterior ao segundo quartel do século XIV, compreende-se que possua uma excepcional organização espacial: temas estruturados por galerias

Surge neste claustro uma sábia organização da narrativa, privilegiando a circulação pelas galerias, numa estruturação espacial que ultrapassa a mera colocação das cenas em faces maiores e menores dos capitéis, e em que a própria disposição dos pilares é aproveitada para a existência de pausas na própria narrativa visual.

O programa deste claustro era dirigido para uma comunidade monástica feminina, facto indiciado pela presença conjunta de imagens de monjas e monges.

Num dos capitéis identifica-se o martírio de S. Pedro, S. Paulo e S. Dinis. Estas imagens, juntamente com as imagens de S. Bento e de S. Bernardo exprimem o poder institucional da Igreja bem como a importância da Regra beneditina e da Observância cisterciense.

É também excepcional a iconografia deste claustro por associar temas novos, como Santiago Matamouros, a cenas com uma larga tradição românica, como é o caso da Ascensão de Alexandre o Grande aos céus e das imagens de S. Bento e S. Bernardo.

A representação da ascensão de Alexandre o Grande aos céus, puxado por duas aves gigantescas, tem o especial interesse de ser a única representação medieval conhecida no território português.

Alexandre o Grande foi, possivelmente, o maior herói medieval o que também permite compreender que no desaparecido túmulo de D. Afonso Henriques o epitáfio começasse pela seguinte afirmação:

“Aqui jaz um outro Alexandre...”

Embora se tenham conservado, por toda a Europa, vários claustros dos mosteiros de Cister o claustro de Celas possui a relevância de ser o único entre os claustros cistercienses medievais que apresenta imagens de S. Bento e de S. Bernardo. Tal facto deve ser valorizado no contexto da excepcionalidade do programa iconográfico e da lógica da narrativa visual deste claustro de Coimbra.

Apesar do controlo sobre as suas vidas, as mulheres, como fundadoras e benfeitoras de casas religiosas femininas, criaram espaços arquitectónicos em que as divisões, os limites e os programas escultóricos possuem sinais da sua memória.

Os documentos escritos e visuais permitem-nos, nalguns casos, compreender com maior profundidade e rigor o que foi esse protagonismo feminino na religião e na arquitectura e do modo como ele construiu uma memória por meio de objectos, de espaços, de imagens e de símbolos.